

## SINTAXE: EXPLORANDO A ESTRUTURA DA SENTENÇA

*Esmeralda Vailati Negrão*

*Ana Paula Scher*

*Evani de Carvalho Viotti*

Saber como os itens lexicais de uma língua se estruturam em uma sentença é a parte central da competência lingüística dos seres humanos, tal como é entendida pela Gramática Gerativa. O falante de qualquer língua natural tem um conhecimento inato sobre como os itens lexicais de sua língua se organizam para formar expressões mais e mais complexas, até chegar ao nível da sentença.

Imaginemos o léxico de nossa língua como uma espécie de dicionário mental composto pelo conjunto de itens lexicais (palavras) que utilizamos para construir nossas sentenças. Nossa competência nos permite ter intuições a respeito de como podemos dividir esse dicionário, agrupando itens lexicais de acordo com algumas propriedades gramaticais que eles compartilham. Essas propriedades nos levam a distinguir um grupo por oposição a outro. Assim, por exemplo, no processo de aquisição de nossa língua materna, sabemos, desde muito cedo, que um item lexical como *mesa* é diferente de um item lexical como *cair*. Uma criança logo diz *caiu*, mas nunca diz *mesou*. Isso indica que ela sabe que *cair* faz parte de um grupo de palavras – como *chorar*, *querer*, *papar* – que pode combinar-se com um tipo particular de sufixos, como *-ou*, *-eu*, *-iu*. Ao mesmo tempo, ela sabe que *mesa* faz parte de outro grupo de palavras – como *cadeira*, *berço*, *brinquedo* – que, por sua vez, pode se combinar com outro tipo de sufixo.

Nossa competência lingüística também nos ajuda a perceber que as sentenças de nossa língua não são o resultado da mera ordenação de itens lexicais em uma seqüência linear. Sem nunca ter passado por um aprendizado formal a respeito desse assunto, sabemos que uma seqüência de palavras como *menino bicicleta o da caiu* não é uma sentença do português. Ao mesmo tempo, sabemos que, para termos uma sentença do português formada por esses mesmos itens lexicais precisamos, antes, fazer combinações intermediárias: compor *o* como *menino*; compor *da* com *bicicleta*; compor *caiu* com *da bicicleta*; e, finalmente, compor *o menino* com *caiu da bicicleta*. Sabemos, portanto, que a estrutura da sentença não é linear, mas sim hierárquica.

Essa nossa competência também nos indica que uma sentença se constitui de dois tipos de itens lexicais: de um lado, estão aqueles que fazem um tipo particular de exigência e determinam os elementos que podem satisfazê-la; e de outro, estão os itens lexicais que satisfazem as exigências impostas pelos primeiros. Tomemos, como exemplo, uma sentença como ‘*O João construiu uma casa*’. Intuitivamente, sabemos que o verbo *construir* é um item lexical do tipo que faz exigências. *Construir* precisa ser acompanhado de duas outras expressões lingüísticas: uma que corresponda ao objeto construído e outra, ao agente construtor. Na sentença em exame, as expressões *uma casa* e *o João* são as expressões que, respectivamente, satisfazem essas exigências impostas por *construir*. Isso é tão natural para nós que só nos damos conta de que as coisas são como são, se formos expostos a uma sentença fora de contexto, em que uma das exigências impostas por *construir* não esteja satisfeita. Imaginemos que alguém se aproxime de nós e nos diga, como início de conversa, ‘*construiu uma casa*’. Nossa reação é imediata! Perguntamos logo ‘*quem construiu uma casa?*’. Com isso, estamos pedindo a nosso interlocutor que acerte sua sentença, de modo a que as imposições feitas pelo verbo *construir* sejam satisfeitas.

### **1.1 Categorias gramaticais**

Qualquer falante da língua portuguesa dirá que a palavra *menino* é do mesmo tipo que *garota* ou *cachorros* e de um tipo diferente das palavras *comprar*, *comprou*, *compraria* que, por sua vez, são do mesmo tipo que *cantar*, *cantávamos*, *cantarão*. Ou seja, os falantes de uma língua sabem que um certo item lexical pertence a uma determinada categoria gramatical. Alguns poderiam dizer que esse saber é consequência do conhecimento do significado do item lexical em questão. No entanto, se expusermos os falantes a sentenças com palavras inventadas, que não existem no dicionário da língua, mas que exibem o comportamento gramatical próprio de uma determinada categoria de palavras, sem dúvida tal falante reconhecerá a palavra inventada como integrante da categoria condizente. Vejamos o conjunto de dados em (1), em que sentenças são construídas com o item lexical *plongar*, palavra não encontrada em nenhum dicionário da língua portuguesa:

(1)

- a) Os meninos plongam sempre aos domingos.
- b) Na minha infância, eu plongava todas as tarefas.

- c) Uma vez, um jornalista do Estado plongou vários artistas aposentados.
- d) Quando ele chegou, nós estávamos plongando os convidados todos.

Ao tomar conhecimento dos dados em (1), qualquer falante do português classifica a palavra *plongar* como pertencente à mesma categoria de *cantar* ou *comprar*. Mais ainda, se ele tiver conhecimento da metalinguagem da teoria gramatical dirá não só que *plongar* é um verbo, mas também que é um verbo que tem um sujeito e um complemento. Ele é capaz de dizer essas coisas, pois é capaz de perceber quais são as propriedades gramaticais – morfológicas, distribucionais e semânticas – que caracterizam cada uma das categorias da língua.

Explicitando melhor essas propriedades, podemos dizer que o falante reconhece que o item lexical *plongar* pertence à mesma categoria do item lexical *cantar* porque ambos possuem propriedades de assumir formas variadas dependendo dos traços morfológicos de seus sujeitos, que, de maneira geral, são os elementos que antecedem os verbos. Assim, em (1)a, o elemento que antecede *plongar* – seu sujeito – tem marcas de 3ª pessoa do plural. *Plongar*, assume, também, marcas de 3ª pessoa do plural, concordando com esse elemento. Da mesma forma, em (1)b, *plongar* assume as marcas morfológicas correspondentes à 1ª pessoa do singular, uma vez que o elemento que o antecede – seu sujeito – é o pronome *eu*, que se refere à pessoa que fala. Ou seja, nessas sentenças *plongar* carrega marcas morfológicas que variam de acordo com os traços de pessoa e número do elemento que o antecede. Essas marcas também variam dependendo de a situação descrita pela sentença ter ocorrido em um tempo anterior ao momento da fala, como em (1)c, ou de estar ocorrendo simultaneamente a uma outra situação, como em (1)d. Ainda, as marcas variam dependendo de o evento ser episódico, como em (1)c, ou de ter uma duração no tempo, como em (1)d. Na língua portuguesa, somente itens lexicais do tipo *plongar*, isto é, verbos, recebem sufixos que denotam o tempo e o aspecto do evento descrito pela sentença e que estabelecem uma concordância de número e pessoa com o seu sujeito. Portanto, essas marcas morfológicas permitem que distingamos a categoria gramatical dos verbos das demais categorias de palavras.

Além do critério morfológico, a posição que um item pode ocupar na estrutura sentencial é uma propriedade definidora da categoria gramatical do item lexical, funcionando, assim, como um critério distribucional. Tomemos uma sentença como (2):

(2) O menino \_\_\_\_\_ a banana.

Quando for solicitado a preencher sua lacuna, o falante certamente vai preenchê-la com itens do tipo *encontrou, queria, estava comendo*, ou seja, com verbos. O mesmo vai acontecer em contextos mais complexos, como nas seguintes sentenças:

(3) a. \_\_\_\_\_ a aula, os alunos saíram.

b. Os alunos foram saindo sem que o professor \_\_\_\_\_.

Em (3)a, o falante teria as seguintes opções para preencher a lacuna: (i) poderia usar um item como *depois*; (ii) poderia inserir uma palavra como *após*, ou (iii) poderia, ainda, usar um verbo como *terminar* no particípio passado. Entretanto, para que *depois* possa tomar o constituinte *a aula* como seu complemento será necessária a introdução de um elemento que possa estabelecer a relação entre eles, como *de*. Por outro lado, verbos e itens lexicais como *após* podem, por si mesmos, estabelecer relações com o constituinte que os segue.

Em (3)b, o falante só teria a opção de usar uma forma verbal na lacuna. A expressão *sem que* introduz uma sentença que requer um verbo flexionado e o falante sabe disso.

O fato de os verbos, nas sentenças acima, serem os itens lexicais que denotam situações que podem ser do tipo de atividades, estados ou eventos também é um critério, nesse caso semântico, com o qual os falantes operam para classificar os itens lexicais de sua língua.

Concluindo, as propriedades morfológicas, distribucionais e semânticas próprias de cada um dos itens lexicais de uma língua nos permitem agrupá-los em categorias que passam a ser definidas exatamente pelo fato de que os itens que as integram compartilham tais propriedades gramaticais. Sendo assim, o trabalho do analista da linguagem é observar o comportamento gramatical de cada um dos itens lexicais que integra o dicionário de sua língua e dividi-los em grupos de itens que exibem comportamentos comuns. Cada grupo corresponde a uma categoria gramatical.

O trabalho de agrupamento de itens lexicais de cada uma das línguas naturais em categorias gramaticais não é novo. Ao contrário, é tão antigo quanto os estudos lingüísticos. Qualquer livro de gramática contém uma seção, comumente chamada “classes de palavras”, em que, a partir de alguns critérios tomados como definidores, classificam-se os itens lexicais de uma língua.

O modo como tais livros nos apresentam as categorias gramaticais de nossa língua nos dá a impressão de que o trabalho de classificação dos itens lexicais do português já está pronto, restando-nos somente a tarefa de memorizar os critérios expressos sob a forma de definições e, conseqüentemente, de memorizar os itens que integram cada classe. No entanto, essa completude é apenas aparente. Quem já se submeteu à tarefa de analisar a língua viva, defrontou-se com problemas, uma vez que, nesses livros, só vemos tratados os casos prototípicos. É por isso que, no nosso entender, devemos não memorizar, mas iniciar-nos no trabalho de observação das propriedades gramaticais dos itens lexicais de nossa língua para, assim, ter a experiência da própria elaboração de agrupamentos que serviram de base para o estabelecimento das categorias gramaticais. (...)

Analisando as sentenças em (4):

- a) O João é um menino *murge*, mas não feliz.
- b) O João e o Pedro são meninos muito *murges*.
- c) O João está mais *murge* do que qualquer pessoa que eu conheça.
- d) Ele tem agido muito *murgemente* nesses dias.

O item lexical *murge* na sentença (4)a atribui uma propriedade ao substantivo *menino*, com o qual concorda em gênero e número. Essa concordância pode ser comprovada na comparação entre (4)a e (4)b. Essa atribuição de propriedade ao substantivo pode se dar de maneira direta ou pela intermediação de um verbo, como na sentença (4)c. O item *murge* aceita que a propriedade por ele atribuída varie em grau como em (4)b e (4)c. Em (4)b, essa variação de grau se faz de forma absoluta; em (4)c, ela se faz de forma comparativa. Com a sentença (4)d vemos que, se acrescentarmos o sufixo *-mente* a *murge*, formamos um novo item lexical. Esse novo item lexical parece pertencer a uma nova categoria gramatical. Sabemos isso porque, contrariamente ao que foi observado a respeito de *murge*, *murgemente* não aceita receber marcas morfológicas flexionais, como pode ser observado pela estranheza de sentença (5):

(5) Os meninos têm agido muito *murgemente* nesses últimos dias.

Ao ser exposto às sentenças em (4), qualquer falante do português dirá que, apesar de não saber o significado do item *murge*, ele parece ser do mesmo tipo que *triste*,

por exemplo. Para o falante iniciado nos estudos gramaticais, isso equivale a dizer que o item *murge* pertence à categoria gramatical dos adjetivos. Essa conclusão baseada basicamente na análise de propriedades morfológicas é corroborada pela análise da distribuição de *murge* nas sentenças. Em (4)a *murge* combina-se com o substantivo *menino* que, subseqüentemente, combina-se com o determinante *um* para formar o constituinte *um menino murge*. Portanto, *murge* é parte integrante do constituinte nucleado por *menino*. Já em (4)c, ele é um constituinte independente do item ao qual atribui uma propriedade. A utilização de itens lexicais que têm a propriedade de substituir constituintes, que aqui chamamos de PROFORMAS, pode funcionar como evidência de que *murge* tanto pode integrar um constituinte nucleado por um substantivo quanto pode formar um constituinte independente. Observe as sentenças em (6):

(6)

- a) O João é isso.
- b) O João está assim.

Em (6)a, *isso* substitui o constituinte *um menino murge*, da sentença (4)a; em (6)b, *assim* substitui o constituinte *mais murge do que qualquer pessoa*, da sentença (4)c. Distribucionalmente, podemos dizer, então, que adjetivos ou integram constituintes nominais, ou são constituintes que têm a característica de atribuir uma propriedade a um constituinte nominal. Essa atribuição de propriedade feita pelo adjetivo é mediada por um verbo, como mostra a sentença (4)b. A conclusão de que *murge* pertence à categoria dos adjetivos nos permite agora prever contextos em que ele pode ocorrer. Consideremos a sentença abaixo:

(7) Eu encontrei murge o aluno que tinha feito a proposta.

Na sentença (7), *murge* nucleia um constituinte que pode estar relacionado a dois constituintes diferentes. Um deles pode ser o constituinte *eu*. Nesse caso, desencadeia-se a interpretação de que eu estava murge quando encontrei o aluno que tinha feito a proposta. O outro pode ser o constituinte *o aluno que tinha feito a proposta*, levando-nos à interpretação de que murge era o estado em que estava o aluno que tinha feito a proposta, quando eu o encontrei. Mais uma vez, essas observações confirmam nossa análise de que *murge* pertence à categoria gramatical dos adjetivos.

Cabe ainda observar que a sentença (7) pode ter a ela associada mais uma interpretação: a de que *murge* pode estar qualificando, de alguma maneira, o próprio evento de *encontrar*. Essa observação poderia pôr em dúvida a análise até aqui desenvolvida. Afinal, estamos dizendo que adjetivos se associam a nomes ou a constituintes nominais e essa última interpretação parece mostrar que *murge* pode se associar a verbos. De fato, há outras palavras da categoria de *murge* que se associam a verbos, e não a nomes. É isso o que vemos a propósito de *redondo*, na seguinte sentença, usada no comercial de cerveja:

(8) Skoll, a cerveja que desce redondo.

Nesse exemplo, *redondo* está associado a *descer* e não a *cerveja*: a interpretação aqui não é a de que a cerveja estava redonda enquanto descia, mas é a de que a cerveja descia de modo redondo, suavemente, sem arestas. Aliás, é essa a imagem mostrada no comercial!

A possibilidade que temos de substituir *redondo* para *redondamente* e a falta de marca flexional de gênero (na sentença (8) temos a forma *redondo* e não *redonda*) podem nos dar uma pista do que está acontecendo nos casos de (7) e (8). Podemos dizer que, nessas sentenças, temos um caso de coincidência de formas. Na verdade, quando *murge* integra ou se relaciona a constituintes nominais, ele é um item lexical da categoria dos adjetivos. Por outro lado, quando *murge* se relaciona a verbos, ele pertence a uma outra categoria gramatical. O mesmo acontece com *redondo*. A impossibilidade de esses itens variarem de acordo com os traços de gênero e número de um nome sustentam essa proposta. Sendo assim, podemos dizer que *murge* e *murgemente* e *redondo* e *redondamente*, nesses casos, são variantes do mesmo item lexical.

(...)

## **1.2 Estrutura de constituintes**

Em sua superfície, as sentenças das línguas naturais são formadas por uma seqüência linear de itens lexicais. Mas essa seqüência não é aleatória. Assim, sabemos que uma sentença como (9)a é bem formada em português, e que uma sentença como (9)b não é possível em nossa língua:

(9)

a) O menino comprou uma bicicleta nova com a mesada.

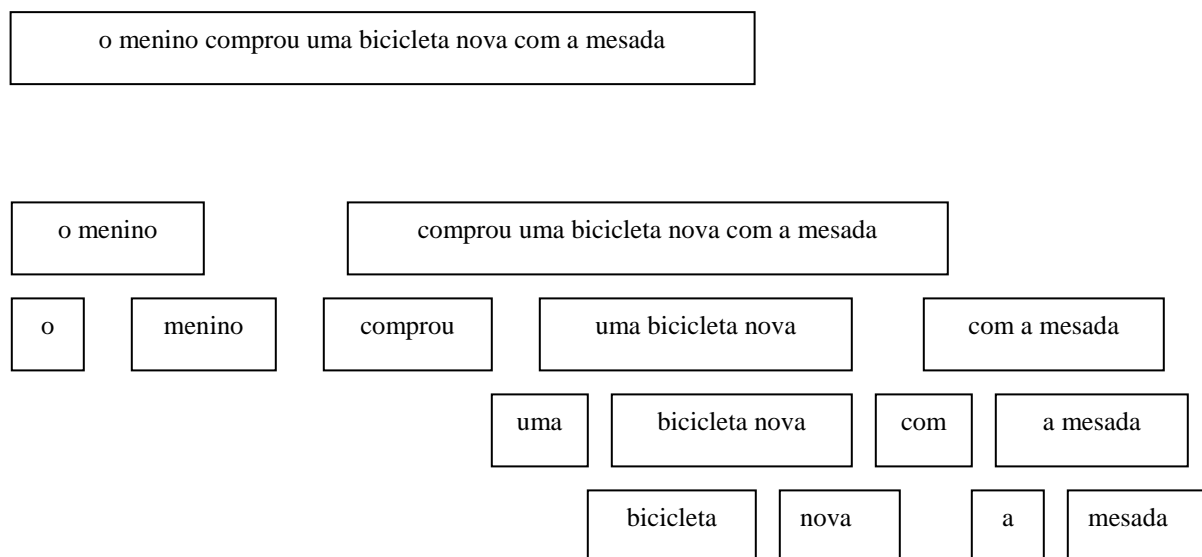
b) A comprou uma menino nova o com bicicleta mesada.

Sem jamais ter sido formalmente ensinados a reconhecer estruturas possíveis ou impossíveis em nossa língua, temos uma intuição a respeito de como as seqüências de elementos lingüísticos devem se estruturar sucessivamente, de modo a formar unidades mais e mais complexas, até chegarmos à formação de uma sentença. Essas unidades são chamadas de constituintes sintáticas e são os átomos com que a sintaxe opera.

Tomemos, como exemplo, a sentença (9)a. Sabemos que o item lexical *nova* deve se juntar à palavra *bicicleta* para formar um constituinte superior – *bicicleta nova* – que, por sua vez, se junta ao item lexical *uma*, para formar um constituinte ainda superior – *uma bicicleta nova*. O mesmo acontece com as palavras *menino* e *o*, que formam um constituinte superior – *o menino*, e com os itens *mesada* e *a*, que formam um outro constituinte – *a mesada*. Esse último constituinte, por sua vez, se junta com a palavra *com*, para formar um constituinte hierarquicamente superior – *com a mesada*. O verbo *comprou* e os constituintes *uma bicicleta nova* e *com a mesada* se juntam, formando um constituinte hierarquicamente mais alto – *comprou uma bicicleta nova com a mesada*. Por fim, os constituintes complexos *o menino* e *comprou uma bicicleta nova com a mesada* se juntam para formar o constituinte hierarquicamente mais elevado, que é a sentença.

Essa organização, que parte de itens lexicais e os inclui em grupos maiores e hierarquicamente superiores, é chamada de estrutura de constituintes. A estrutura de constituintes da sentença (9)a pode ser representada pelo seguinte diagrama:

FIG. 1:





É a impossibilidade de atribuímos uma estrutura de constituintes ao exemplo (9)b que o torna agramatical. Nossa competência lingüística nos informa que não é possível juntarmos um item lexical como *a* a outro *comprou*, para formar um constituinte superior. Da mesma forma, uma palavra como *bicicleta* não pode formar um constituinte sintático com *mesada*. E assim por diante.

Em resumo, as sentenças das línguas naturais não são formadas por seqüências lineares de itens lexicais. Elas são formadas a partir da estruturação hierárquica de seus constituintes, em que palavras são agrupadas em sintagmas e sintagmas são agrupados em sintagmas mais altos, até que se chegue ao nível da sentença. Nossa competência lingüística nos permite ter intuições sobre o modo de estruturação das sentenças nas línguas naturais. Entretanto, muitos fatos lingüísticos, vários dos quais de natureza eminentemente sintática, podem nos ajudar a corroborar nossas intuições sobre a estrutura de constituintes de nossa língua.

### **1.2.1 Evidências para a estrutura de constituintes**

Alguns fenômenos da língua que constituem evidência sintática para o fato de que a sentença é uma estrutura hierárquica de constituintes são relacionados às possibilidades de distribuição dos constituintes em diversas posições na sentença. Tomemos como exemplo a seguinte sentença:

O João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã

Para obtermos certos efeitos discursivos, os vários constituintes dessa sentença podem ser colocados em posição inicial. Esse tipo de deslocamento pode ser chamado de TOPICALIZAÇÃO:

- a) Amanhã, o João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders'.
- b) Na Borders', o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã.
- c) O último livro do Chomsky, o João vai comprar na Borders' amanhã.
- d) Do Chomsky, o João vai comprar o último livro na Borders' amanhã.
- e) Comparar o último livro do Chomsky, o João vai amanhã, na Borders'

Ainda, podemos deslocar os constituintes da sentença para realizar uma operação que é chamada de CLIVAGEM. Nessa operação, constituintes da sentença são não só movidos para uma posição frontal, mas também são 'ensanduichados' entre o verbo *ser* e o conectivo *que*. Esse deslocamento serve para construirmos sentenças de foco, como as em:

- a) É o João que vai comprar o último livro do Chomsky na Borders' amanhã.
- b) É o último livro de Chomsky que o João vai comprar na Borders' amanhã.
- c) É na Borders' que o João vai comprar o último livro do Chomsky amanhã.
- d) É amanhã que o João vai comprar o último livro do Chomsky na Borders'.

Da mesma maneira, alguns constituintes podem ser deslocados para a posição final da sentença. Comparem-se as sentenças abaixo:

- a) O João contou [toda a história sobre aquele terrível mal-entendido] [para a Maria].
- b) O João contou [para a Maria] [toda a história sobre aquele terrível mal-entendido].

Uma outra possibilidade de deslocamento que evidencia a estrutura de constituintes de uma sentença construída com o verbo transitivo direto é a PASSIVIZAÇÃO:

- a) O último livro do Chomsky vai ser comprado pelo João amanhã na Borders'.
- b) Toda a história daquele terrível mal-entendido foi contada pelo João para a Maria.

Todos os casos acima apontados envolvem movimento de constituintes. Os movimentos evidenciam o fato de que a sentença é estruturada em constituintes, precisamente porque não é possível deslocarem-se partes de constituintes, nem seqüências que não formem um constituinte:

- a) [Último], o João vai comprar o livro do Chomsky amanhã na Borders'.
- b) [Chomsky], o João vai comprar o último livro do amanhã na Borders'
- c) O João contou [toda a história daquele] [para a Maira] [terrível mal-entendido].
- d) [Toda a] o João contou história sobre aquele terrível mal-entendido para a Maria.

### **1.3 Ambigüidades estruturais**

Tomemos a seguinte sentença:

(A) O Pedro viu a menina com o binóculo.

Essa sentença tem duas possíveis interpretações. Pela primeira, entende-se que o Pedro viu a menina através do binóculo que ele trazia com ele. Pela segunda, entende-se que a menina que o Pedro viu usava ou carregava um binóculo. Em outras palavras, pela primeira interpretação, a expressão *com o binóculo* é entendida como o instrumento que possibilitou ao Pedro ver a menina. Pela segunda, diferentemente, a mesma expressão é entendida como algo que qualifica a menina que o Pedro viu.

Muitos poderiam argumentar que essa ambigüidade só existe porque a sentença está fora de contexto. Em contextos apropriados, ela deixaria de ser ambígua: um contexto específico nos levaria a uma interpretação e não a outra. Isso não deixa de ser verdade. Entretanto, a sintaxe tem como um de seus objetivos o estabelecimento de princípios gerais que se apliquem de maneira uniforme a um tipo de sentença, independentemente do contexto particular em que ela foi enunciada. Portanto, sua análise não vai poder se basear nas variáveis do contexto, que são inúmeras, e, por essa razão, resistem a uma generalização. O que a sintaxe vai fazer é investigar a possibilidade de a ambigüidade de uma sentença como (A) estar associada a diferentes estruturas. Apliquemos algumas das construções apresentadas na seção anterior para fazer essa investigação. Começemos por aquelas que envolvem movimento de constituintes:

(B) [Com o binóculo], o Pedro viu a menina.  
Foi [com o binóculo] que o Pedro viu a menina.

(C) [A menina com o binóculo], o Pedro viu.  
Foi [a menina com o binóculo] que o Pedro viu.

### **1.4 Predicados e argumentos**

A idéia de que usamos as línguas naturais para a expressão do pensamento, ou seja, a idéia de que as línguas naturais se relacionam a representações mentais não é

nova. É com base nessa idéia que vamos desenvolver esta seção sobre predicados e argumentos.

Imaginem uma fotografia em que aparecem uma criança e um gato. A fotografia foi tirada em um lugar qualquer, uma saleta, por exemplo, em que havia, além da criança e do gato, uma poltrona vermelha, uma mesa, um cesto de palha contendo vários novelos de lã e algumas revistas sobre a poltrona, e um quadro pendurado na parede atrás da poltrona. Perto da criança e do gato havia muitos pedaços de fios de lã arrebitados.

Ao comentar uma fotografia como essa, podemos descrever várias situações diferentes, dependendo do que se mostrar mais relevante para anos. E cada pessoa que se proponha comentar a mesma fotografia poderá descrevê-la de modo diferente, realçando uma determinada situação e minimizando a importância de outra. Assim, as sentenças que seguem, são expressões de algumas situações ou propriedades possivelmente reveladas pela fotografia:

- a) Criança adora gato.
- b) O gato está correndo pela sala.
- c) O gato arrebitou um monte de lã
- d) Um monte de lã arrebitou.
- e) Nossa! Houve uma guerra da criança contra o gato!
- f) Tem um cesto de palha sobre a poltrona.
- g) Esse gato é amigo da criança.
- h) A destruição dos novelos pelo gato vai irritar a mãe.
- i) A poltrona é vermelha.
- j) O quadro da parede é agradável aos olhos.

As sentenças *a)* e *b)* expressam situações diferentes. Situação é um termo geral para descrevermos atividades, estados ou eventos. Cada uma dessas situações é descrita, em termos gerais, por uma única palavra, nesse caso o verbo das sentenças. Assim, tem-se a situação de *adorar* em *a)*, de *correr* em *b)* e de *arrebitar* em *c)* e *d)*, todas descritas por um verbo. Essas situações envolvem um número de participantes de um certo tipo, desempenhando papéis específicos dentro dela.

Assim, a situação de *adorar*, expressa em *a)*, requer a presença de dois participantes que são os constituintes *criança* e *gato*. Cada um deles desempenha um papel diferente nessa situação: um adora e o outro é adorado. De modo paralelo, o

evento de *correr*, em b), também envolve a presença de participantes. Na verdade, nesse caso, apenas um participante é requerido e o *gato* é o constituinte que satisfaz esse requerimento. Esse participante também desempenha um papel específico dentro da situação descrita, que é o de corredor. O constituinte *pela sala* não está na sentença para preencher um requisito do verbo *correr*. Dizemos então, que, em a), *criança* e *gato* são os ARGUMENTOS DO PREDICADO *adorar*. Sobre b), dizemos que o *gato* é o único ARGUMENTO do PREDICADO *correr*. Podemos, então, caracterizar os argumentos de um predicado como os elementos que são capazes de satisfazer suas exigências e que desempenham papéis específicos determinados por ele. A expressão, *pela sala*, por outro lado, não se caracteriza como argumento: além de não ser requerida pelo predicado, não desempenha nenhum papel designado por ele.

### 1.5 Conclusão

A sintaxe é a área da Linguística que estuda a estrutura das sentenças. Os princípios envolvidos na estruturação das sentenças de nossa língua são parte de nossa competência linguística. Portanto, estudar a estrutura das sentenças envolve, como um primeiro passo, trazer à tona um conhecimento que qualquer falante da língua tem. Os alicerces desse conhecimento são:

- I. sabermos organizar os itens lexicais em categorias gramaticais, estabelecidas de acordo com as características morfológicas, distribucionais e semânticas por eles exibidas;
- II. sabemos que a sentença resulta da projeção dessas categorias em constituintes hierarquicamente estruturados, fazendo com que ela não seja apenas uma seqüência linear de itens lexicais;

Sabermos que esses constituintes se organizam a partir de um núcleo cujas exigências sintáticas e semânticas devem ser satisfeitas pelos elementos que vão se compor com ele.